



Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
P. da Independência - Tel. 362167 - L. de S. Domingos - LISBOA
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas
EDITORIAL MINERVA
Rua da Alegria, 30 — LISBOA

Deficientes das Forças Armadas internados no H. M. P. pronunciam-se sobre um Decreto-Lei que não os contempla

HOUE UM GOVERNO TIRANO QUE GOVERNOU DURANTE MUITOS E LONGOS ANOS. HOUE UMA GUERRA QUE ESSE MESMO GOVERNO DECRETOU E MANDOU FAZER CONTRA A VONTADE DO SEU POVO E DE OUTROS POVOS. HOUE MUITOS JOVENS MORTOS E MUITOS JOVENS FERIDOS NESSA GUERRA QUE NADA LHE DIZIA. HOUE UM 25 DE ABRIL QUE PÓS TERMO A ESSE GOVERNO TIRANO E A ESSA GUERRA INJUSTA. HOUE MUITAS ESPERANÇAS. HOUE MUITOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, VITIMAS DESSA GUERRA INJUSTA DECRETADA POR AQUELE GOVERNO TIRANO, QUE AGUARDARAM MESES UMA JUSTIÇA QUE SE FABRICAVA EM FORMA DE DECRETO-LEI. ABSTENDO-NOS DE QUALQUER TIPO DE COMENTÁRIOS, QUE, ALIAS, ESTAMOS CERTOS, PREJUDICARIAM A PREDISPOSIÇÃO DO LEITOR PARA ANÁLISE DA CRUA REALIDADE QUE RESSALTA DAS PALAVRAS DE ALGUNS JOVENS MILITARES INTERNADOS NO HOSPITAL MILITAR PRINCIPAL (ANEXO), APRESENTAMOS AS SUAS DECLARAÇÕES:

José Tomás Castanheira Ribeiro:

«Fui ferido na Cruz de Pau, mais conhecido pela Amora. Acho que o Decreto está mal. Para uns ficou bem, mas para muitos ficou mal,

pois não ficamos abrangidos. Eu fui ferido por um guarda Republicano, tivemos uma discussão, um mau entendimento e ele deu-me um tiro. Eu fiquei tetraplégico. O acidente decorreu durante o serviço militar, quando eu já estava mobilizado para o Ultramar e não fui considerado nem sequer em serviço.

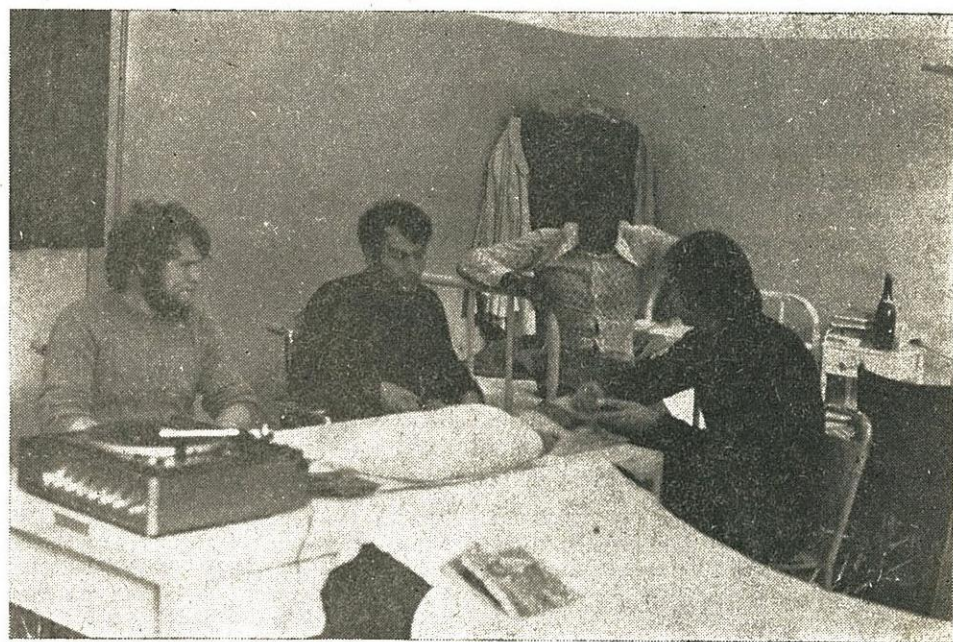
Ainda não houve nenhuma tentativa de me darem alta, nem sequer me falaram nisso.

Por enquanto ainda não vi nada por parte do hospital no sentido de me reabilitarem e preparar-me para um emprego, pode ser que eles um dia qualquer pensem nisso, até agora ainda não o fizeram.

Carlos Manuel Pereira:

Fui ferido em Lagos, era cabo monitor. Porque a minha mãe adoeceu tive que ir a casa de urgência e durante o percurso entre Lagos e a minha casa, já no regresso, tive

(Continua na 3.ª pág.)



Alguns dos deficientes com quem falamos no Anexo

EDITORIAL

A Razão às avessas

Os chefes, os governantes, os senhores do poder (de entre eles cada qual com as suas opiniões e as suas justíças), chegam, sobem, descem, partem e são substituídos por outros (com outras opiniões e outras justíças).

As situações das pessoas que esses senhores governam e julgam, não partem, ficam, sobretudo se se trata de situações caracterizadas por profundas injustiças sociais que implicam sérios e difíceis problemas para solucionar.

Os senhores têm o direito (e frequentemente o poder) de julgar as situações de injustiça, inverter essas situações e, oficialmente, apresentá-las às avessas. Os poderosos, que podem ser fracos e cobardes ao mesmo tempo, podem agir assim, podem decretar a história do presente, mas nunca decretarão oficialmente para a história do passado (quando o seu presente for passado), porque aí as situações invertidas e apresentadas às avessas voltam sempre à sua posição e aparência reais. Mas, entretanto, os homens, os governantes e os governados, passam e as situações ficam e a justiça nunca chega a ter lugar.

É assim que os povos, com toda a sua riqueza e capacidade, podem ser levados, por simples homens fracos e poderosos ao mesmo tempo, a uma situação de exploração e de miséria. Mais, é assim que os povos, com toda a sua força e consciência, podem ver-se obrigados a contemplar, nos espelhos oficiais, uma imagem deturpada da sua própria razão.

Um Decreto-Lei dos Deficientes das F. A. foi publicado: E AGORA?

Quantos ex-militares deficientes beneficiam do Dec.-Lei n.º 43/76? Não se sabe. Sabe-se apenas que são poucos, comparados com os muitos que não são beneficiados. A Associação pronunciou-se e expressou a sua não concordância com este Dec.-Lei. As pessoas que vão tendo conhecimento da realidade desta situação também expressam a sua não concordância.

Quem começa já a beneficiar do

● LEIA A ENTREVISTA
COM ELEMENTOS
DA COMISSÃO
DE TRABALHADORES
DA TAP

(Página 6)

Dec.-Lei, como e de que maneira, também não sabemos. Sabemos que a sua aplicação está dependente das três portarias que deverão em breve ser publicadas no «Diário do Governo» (já prontas e assinadas pelo Primeiro-Ministro, na sua qualidade de gestor da Pasta da Defesa Nacional).

Entretanto a Associação tem tido conhecimento que têm sido várias as dúvidas que se têm levantado nos organismos públicos quanto à interpretação do Dec.-Lei e à forma de aplicação dos vários aspectos. Também à Associação se têm levantado dúvidas de interpretação e, para muitas delas, ainda não encontrou explicação.

Lamenta-se o facto de neste número do «ELO» não se poder dar cumprimento ao prometido no nú-

mero anterior, isto é, proceder a um esclarecimento dos vários pontos do Dec.-Lei, de molde a os deficientes por ele abrangidos poderem diligenciar no sentido de começarem a gozar dos direitos que o mesmo lhe confere. Logo após a publicação no «Diário do Governo» do Dec.-Lei, constituiu-se na Sede da ADFA, em Lisboa, uma Comissão de Análise da aplicação do mesmo que, depois de algumas reuniões e estudos, acabou por chegar à conclusão que só com a constituição de uma comissão mista da ADFA e do MDN) no Ministério da Defesa será possível proceder-se a um estudo exaustivo que levasse a uma interpretação capaz de proporcionar uma aplicação o

(Continua na 3.ª pág.)

A REVOLUÇÃO CULTURAL

MARCO ESSENCIAL NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POPULAR

POR ONDE COMEÇAR?

«Que fazer?», tal é a pergunta que durante os últimos anos têm feito a si próprios, com especial insistência, os sociais-democratas russos. Não se trata de escolher o caminho a seguir (como sucedia em fins da década de 80 e princípios da de 90), mas sim de saber que passos práticos devemos dar num caminho determinado e como devemos dá-los. Trata-se de um sistema e de um plano de actividade prática. E há que reconhecer que esta questão do carácter da luta e dos processos para a levar a cabo, questão fundamental para um partido realista, continua por resolver e suscita ainda sérias divergências que revelam uma lamentável instabilidade e hesitação do pensamento. Por um lado, está ainda muito longe de ter morrido a tendência «economista», que procura trancar e restringir o trabalho de organização e agitação política. Por outro, continua a levantar orgulhosamente a cabeça a tendência para um ecletismo sem princípios que se adapta a cada nova «moda» sem saber distinguir entre as exigências do momento e as tarefas fundamentais e as necessidades constantes do movimento no seu conjunto. Como é sabido, esta tendência instalou-se na *Rabocheie Dielo*. A sua última declaração «programática» — um sonoro artigo sob o sonoro título de *Viragem Histórica* (núm. 6 do *Listok «Rabocheie Diela»*) — confirma com toda a evidência a definição que acabamos de dar. Ainda não há muito namoravam com o «economismo», indignavam-se porque se censurara energicamente o *Rabocheie Mysl*, «dissimulavam» a forma como Plekhanov apresentava o problema da luta contra a autocracia e agora citam já as palavras de Liebknecht: «Se as circunstâncias se modificam em vinte e quatro horas, é preciso modificar também a táctica em vinte e quatro horas»; falam já de uma «forte organização combativa» para o ataque directo, para o assalto contra a autocracia, de uma «ampla agitação política revolucionária (reparem que energia política e revolucionária!) entre as massas», de uma «chamada constante ao protesto nas ruas», de «organizar nas ruas manifestações de um carácter acentuadamente (sic!) político», etc., etc.

Poderíamos manifestar a nossa satisfação pelo facto da *Rabocheie Dielo* ter assimilado tão rapidamente o programa que formuláramos já no primeiro número do *Iskra*, para formar um partido forte e organizado, com vista a conquistar não só concessões isoladas, mas também a própria fortaleza da autocracia; mas a falta de firmeza nos pontos de vista das pessoas que assimilaram agora o nosso pode tirar-nos toda a satisfação.

Sem dúvida, a *Rabocheie Dielo* invoca em vão o nome de Liebknecht. Em vinte e quatro horas pode-se modificar a táctica de agitação nalgum problema especial, pode-se modificar a táctica de realização de algum pormenor de organização do Partido, mas modificar, não diremos em vinte e quatro horas, mas até mesmo em vinte e quatro meses, o ponto de vista que se tenha sobre o problema de se faz falta em geral, sempre e absolutamente, a organização de combate e a agitação política entre as massas, é coisa que só podem fazer pessoas sem princípios. É ridículo falar de situação diferente, de alternância de períodos: trabalhar para que se crie uma organização de combate e se leve a cabo uma agitação política é obrigatório em quaisquer circunstâncias «cinzentas e pacíficas», em qualquer período de «decaimento do espírito revolucionário». E mais ainda: precisamente em tais circunstâncias e em tais períodos é especialmente necessário o trabalho indicado, porque nos momentos de explosões e revoltas já é tarde para criar uma organização; a organização tem de estar preparada para desenvolver imediatamente a sua actividade. «Mudar de táctica em vinte e quatro horas!» Mas para mudar de táctica há que começar por ter uma táctica, e se não existe uma organização forte, iniciada na luta política em qualquer circunstância e em qualquer período, não se pode falar sequer de um plano de actividade sistemática baseado em princípios firmes e aplicado rigorosamente, único plano que merece o nome de táctica. Basta repararem: já nos disseram que «o momento histórico» colocou perante o nosso Partido um problema «absolutamente novo», o problema do terror. Há pouco era «absolutamente novo» o problema da agitação e da organização política; agora, é o problema do terror. Não é estranho ver como pessoas que esquecem a tal ponto a sua genealogia falam de uma mudança radical de táctica?

Felizmente, a *Rabocheie Dielo* não tem razão. O problema do terror não é de modo algum um problema novo,

e basta-nos recordar brevemente o ponto de vista já estabelecido da social-democracia russa.

Em princípio, nunca renunciámos nem podemos renunciar ao terror. O terror é uma das formas de acção militar que pode ser completamente útil e até indispensável em determinado momento do combate, perante determinado estado das forças e em determinadas circunstâncias. Mas o problema consiste precisamente em que o terror se propugna agora não como uma das operações de um exército em acção — operação estreitamente ligada a todo o sistema de luta e coordenada com ele —, mas sim como processo de agressão individual, independente e isolada de qualquer exército. Faltando uma organização revolucionária central e sendo fracas as locais, o terror não pode ser outra coisa. É esta a razão que nos leva a declarar categoricamente que semelhante meio de luta, nas circunstâncias actuais, não é oportuno nem adequado ao seu fim; que desvia os militantes mais activos da sua verdadeira missão, mais importante do ponto de vista dos interesses de todo o movimento; que não desorganiza as forças governamentais, mas sim as revolucionárias. Lembrem-se dos últimos acontecimentos: diante dos nossos olhos grandes massas de operários e da «plebe» das cidades estão ansiosas por ir para a luta, mas os revolucionários não dispõem de um estado-maior de dirigentes e organizadores. Não constitui a passagem dos revolucionários mais enérgicos para o terror um perigo de enfraquecer, em semelhantes circunstâncias, os únicos destacamentos de combate em que se podem depositar esperanças sérias? Não constitui um perigo de que se quebre o laço de união entre as organizações revolucionárias e as massas de descontentes dispersas que protestam e estão preparadas para a luta, mas que são fracas precisamente por estarem dispersas? Não se deve esquecer que esse laço de união é a única garantia do nosso êxito. Está muito longe do nosso pensamento negar todo o valor a heróicos golpes isolados, mas é nosso dever prevenir com toda a energia contra o entusiasmo excessivo pelo terror, contra o considerá-lo processo de luta principal e fundamental, coisa para que tanto se inclinam muitíssimos no momento actual. O terror nunca será uma acção militar de carácter ordinário: no melhor dos casos, só é utilizável como um dos meios a empregar no assalto decisivo. É altura de perguntar se podemos, no momento actual, «convocar» para semelhante assalto as massas trabalhadoras. Pelos vistos, a *Rabocheie Dielo* acha que sim. Pelo menos exclama: «Formem em colunas de assalto!» Mas também esse é um empenho desatinado. A massa principal das nossas forças de combate é composta por voluntários e insurrectos. Como exército regular, temos apenas uns quantos pequenos destacamentos, e estes mesmos por mobilizar, sem relação entre si, destacamentos que ainda não sabem formar em colunas militares, de um modo geral, e menos ainda em colunas de assalto. Em semelhantes circunstâncias, todo aquele que seja capaz de abarcar com a vista as condições gerais da nossa luta, sem as esquecer a cada «viragem» da marcha histórica dos acontecimentos, tem de ver claramente que a nossa palavra de ordem, no momento actual, não pode ser «ir ao assalto», mas sim «organizar devidamente o assédio da fortaleza inimiga». Por outras palavras: a tarefa imediata do nosso Partido não pode consistir em convocar todas as forças com que conta para atacar agora mesmo e sim em exortar para que seja formada uma organização revolucionária capaz de unir todas as forças e de dirigir o movimento, não só nominalmente, mas também na realidade, isto é, capaz de estar sempre preparada para apoiar qualquer protesto e qualquer explosão e de as aproveitar para multiplicar e fortalecer os efectivos que serão utilizados no combate decisivo.

Os ensinamentos dos acontecimentos de Fevereiro e Março são de tanta magnitude que dificilmente se poderão encontrar agora objecções de princípio contra esta conclusão. Mas no momento actual o que de nós se exige é que resolvamos o problema praticamente e não em princípio. Não só temos de decidir que organização precisamos e para que trabalho, mas também temos de traçar um plano determinado de tal organização, a fim de se poder iniciar a sua estruturação por todos os lados ao mesmo tempo. Dada a urgência da questão, decidimos pela nossa parte submeter à apreciação dos camaradas o esboço de um plano que desenvolveremos mais pormenorizadamente num folheto cuja impressão está a ser preparada.

(Continua no próximo número)

TEXTOS POLÍTICOS

No nosso «stand», no Largo de S. Domingos, estão à venda os seguintes textos editados pela Editorial Minerva:

Cadernos Operário Vermelho

- 1 — As massas edificam o socialismo, o partido fá-las ganhar consciência — *Enver Hoxha*
- 2 — Sobre a caricatura do Marxismo e o «Economismo Imperialista» — *Lénine*
- 3 — O imperialismo e a cisão do socialismo ★ Aventureirismo Revolucionário — *Lénine*
- 4 — Comunicação acerca da posição do proletariado perante a democracia pequeno-burguesa ★ Economia e política na época da ditadura do proletariado — *Lénine*
- 5 — Acerca do infantilismo «esquerdista» e do espírito pequeno-burguês — *Lénine*
- 6 — Os dirigentes do P. C. U. S. são traidores das declarações de 1957 e de 1960 (redacção do «Diário do Povo») ★ A nova direcção do P. C. U. S. confessa a sua política de cooperação com os Estados Unidos (comentarista da revista «Bandeira Vermelha») — *Lénine*
- 7 — Socialismo pequeno-burguês e socialismo proletário ★ Acerca dos compromissos ★ Acerca da Cooperação — *Lénine*
- 8 — Para a revolucionarização ulterior da nossa escola ★ A revolucionarização do ensino superior na Albânia — *Enver Hoxha e Jorgji Sota*

Textos Operário Vermelho

- Materialismo e Empirio-crítico — *Lénine*
- Circular do Comité Central do Partido Comunista da China (16 de Maio de 1966)
- Um Grande Documento Histórico
- Decisão do Comité Central do Partido Comunista da China sobre a Grande Revolução Cultural Proletária (tomada a 8 de Agosto de 1966)
- A Propósito da Tríplice União Revolucionária — *Editorial do Hongqi* n.º 4, 1967
- Confúcio — o «sábio» das classes reaccionárias — *Yang Jong-Kouo*
- A alma morta de Confúcio e o sonho dos novos Czares
- Karl Marx — *Lénine*
- As vicissitudes históricas da doutrina de Karl Marx — *Lénine*
- O pseudo-comunismo de Kruchtchev e as lições históricas que dá ao Mundo
- O Leninismo e o Revisionismo Contemporâneo
- Os cadernos sobre a Dialéctica de Hegel — *Lénine*
- Em preparação:
- Anti-Dühring (precedido de uma nota biográfica de Lénine sobre Engels) *Frederich Engels* — Vol. I
- Sobre a Prática, Sobre a Contradição, Contra o Liberalismo, A orientação do movimento da Juventude, Recrutar em grande número os intelectuais, Sobre a Democracia Nova, O Regime Constitucional de Democracia Nova — *Mao Tsetung*
- Anti-Dühring — *Frederich Engels* — Vol. II
- na Colecção Minerva de Bolso
- N.º 33 — Citações do Presidente Mao Tsetung
- N.º 36 — As divergências sino-soviéticas e a actual política externa chinesa
- N.º 40 — A negritude e as lutas pela independência na África Portuguesa — *Eduardo dos Santos*
- na Colecção Textos Tradicionais
- A anestesia pela acupunctura — *Edições de Pequim*
- O livro de acupunctura do imperador amarelo

Deficientes internados pronunciaram-se sobre Dec.-Lei

(Continuação da 1.ª pág.)

um acidente de automóvel e fiquei paraplégico. Daí levantaram-me um auto. Nunca fui chamado a responder, mas sei que não está considerado nem em serviço e que não fico abrangido por este Dec.-Lei.

Eu para todos os efeitos penso que sou Deficiente das F.A., uma vez que estava na tropa. Eu nunca irei à Junta enquanto não me considerarem Deficiente das F.A. e enquanto não me derem uma pensão com que possa fazer face às dificuldades que vou ter quando sair do hospital e me dêem assistência hospitalar quando eu tiver necessidade. Caso contrário nunca sairei do hospital.

E penso que estou a defender aquilo a que tenho direito, portanto uma pensão, e penso que de maneira nenhuma posso ter um emprego, mas no nosso caso temos grandes problemas, pois não tenho Caixa, não tenho nada e de um momento para o outro posso ter que baixar ao hospital. Depois, se também não tiver pensão, terá que ser a família a ajudar-me e eu não quero ser um peso para a minha família.

Eu entendo que mesmo que tenha emprego deve haver sempre uma pensão para fazer face aos encargos que advêm da deficiência de que sou portador.

Eu acho que deficientes das F.A. deviam ser aqueles indivíduos que ficaram deficientes fosse cá ou lá no ultramar. Desde que tivessem mais de determinada incapacidade deviam ser abrangidos pelo Dec.-Lei, sem distinção entre serviço, campanha ou outra coisa qualquer, desde que ficassem incapacitados durante o tempo de serviço activo.

José António Mota da Silva:

Estava na recruta e, quando vinha da semana de campo, a viatura militar em que regressava ao quartel estampou-se e eu fiquei paraplégico, de modo que pelo que consta no Dec.-Lei eu não serei abrangido, mas se eu estivesse em casa, fosse chamado e não comparecesse no quartel era castigado. O que eu digo é que a marmelada é a mesma de antes, as moscas é que são outras.

Eu não saio daqui do hospital, o hospital agora é que é a minha casa, enquanto não me for considerado o acidente de modo a ter uma pensão, e acho que a posição dos meus camaradas nas minhas condições é a mesma que a minha.

Eu não saio aqui do hospital a ganhar 150\$00 por mês e depois ter de ir para a rua de mão estendida para poder viver.

Não tenho medo que me ponham na rua à força, podem levar-me de rastos, mas a razão será sempre minha.

João Fernando dos Santos:

Sou ilhéu, da Madeira. Sou abrangido pelo decreto, tenho 60 % de incapacidade, em campanha. Como sou abrangido concordo com o decreto. Mas não concordo é que a gente cá dentro deste hospital tenhamos camaradas nossos amparados a uma cadeira de rodas que são seres humanos como nós, que somos abrangidos e que amanhã caminham daqui, se caminharem, porque há muitos que dizem que não saem e têm que dizer mesmo, pois a gente uma vez que ficamos feridos esta é a nossa casa, não é a nossa casa definitiva, é uma casa provisória que temos aqui, o armazém da carne humana, isto não é um hospital militar, é um armazém de carne humana que este go-

verno que a gente tem ou o governo que já tivemos nos deixou. Foi a herança que nos deram, e estes nossos camaradas que estão cá precisam, eles têm boca para comer igual à minha, muitos deles têm filhos e mulher a sustentar. Se o Decreto nos veio beneficiar, eu acho que estes camaradas também deviam ter as mesmas regalias, além de terem sidos feridos cá ou feridos em serviço lá, portanto são considerados D.F.A., têm, no ver, todo o direito de não saírem de cá, embora estejamos já ameaçados de que nos vão pôr daqui para a rua, não sei quem é que diz isso mas talvez os responsáveis pelos serviços, eu também não saio de cá e estou abrangido, posso sair de cá quando vir a minha pensão actualizada. Tenho a minha mãe na Madeira, quando ela me escrever que já está a receber a minha pensão então eu saio do armazém da carne humana e dirijo-me à minha terra, não vou esperar pela passagem paga pelo exército, temos o desconto da TAP e é assim que eu irei. Não preciso do Estado para mais nada.

João Fernando dos Santos

Um camarada nosso estava em Angola, num posto de controle, quando foi atropelado por um carro civil, quando fazia o percurso entre o posto de controle e o quartel. Do atropelamento resultou fractura do crânio e paralisia num braço e numa perna. Foi hospitalizado lá e evacuado cá para a metrópole. Ele não está cá no Anexo já há muito tempo, mas consta que o nosso Estado recebeu uma indemnização de trezentos ou quatrocentos contos, uma indemnização como soldado. E agora que o moço foi para casa o acidente nem considerado em serviço foi. É profundamente injusto, se eles receberam os quatrocentos contos, que lhes estão a dar juízo, não dão nada ao moço. O Mário ficou muito deficiente e não recebeu nada. Ele está muito mal, pois até nem memória tem. Diz-se-lhe qualquer coisa e daí a pouco esquece. Já há dois anos que essa indemnização terá sido recebida. Quanto juízo já rendeu. No entanto o moço nada recebeu e foi para casa para o pé da mãe como uma criança que tenha nascido ontem.

António Casimiro Rodrigues:

Fui ferido no ultramar, e da maneira como saiu o decreto eu também não serei abrangido. O que acontece comigo acontece com muitos camaradas e eu não concordo com o decreto. O acidente ocorreu, segundo o que me contaram, pois eu não me lembro, fora do quartel. Não me lembro se ia em serviço ou se ia em passeio e fiquei paraplégico. Fiquei internado em Angola durante cinco meses, depois fui evacuado para a Metrópole. Já



estou cá vai fazer catorze meses e ainda não tive reabilitação nenhuma. Já vai para dezanove meses que eu tive o meu acidente e nada fizeram para me realibitar. Neste momento ainda não falaram em me mandar à Junta, mas eu só irei se me garantirem que me vão dar uma pensão que eu veja que é justa, se não me garantirem isso não vou, nem sequer sairei cá do hospital, não sairei porque não tenho casa, embora seja natural de cá, residia já há alguns anos em Angola, eu vim paraplégico, embora os meus pais tenham vindo com saúde, mas em condições financeiras precárias, portanto não me poderão ter a seu cargo.

Se me dessem uma pensão justa eu saía do hospital e iria viver com os meus pais depois da casa devidamente adaptada. Caso contrário não sairei do hospital. Se eles me quiserem pôr fora pela força conseguem-no, porque eu sozinho não posso fazer nada, mas se nos unirmos todos concerteza que eles não levarão a melhor.

Eu passei na Junta com 100 % de incapacidade e parece que me dá quatro mil e poucos escudos, não é com essa importância que poderei governar a minha vida na minha terra.

De qualquer maneira as pensões atribuídas por este decreto-lei são já bastante elevadas, é pena que não sejam abrangidos todos os D.F.A. quer em serviço quer em campanha em vez da minoria que ele vem privilegiar, pois se todos se deficientaram a cumprir o serviço militar as regalias deviam ser iguais.

Quanto a recuperação funcional, estou a trabalhar na tipografia da ADFA, e quando sair do hospital penso que em Lamego talvez possa arranjar trabalho, embora seja difícil, porque eu de cadeira de rodas decerto que terei sempre dificuldade em arranjar trabalho, penso no entanto que com uma ajuda da secção de procura e oferta de emprego da ADFA talvez consiga arranjar.

Mário Luís da Conceição Patrício:

Fui ferido na Guiné, mesmo na cidade de Bissau, por um praça dos Comandos que exaltado, não comigo mas com outros, atirou uma granada para junto de um grupo de brancos e indígenas africanos do qual resultaram cerca de 10 mortos e 30 feridos. Eu fui um desses feridos, ficando hemiplégico (parali-

sado da perna e braço esquerdo) e diminuído invisível, já totalmente cego do olho direito e quase cego do esquerdo. Ando aqui em tratamentos, em recuperação, e também na clínica Barraguet em Barcelona.

O decreto não me abrange, pois o meu caso nem sequer está considerado em serviço. Porquê, não sei. Eu considero isso uma grande injustiça, porque eu era militar, tanto dentro como fora do quartel, em combate ou sem ser em combate, de todas as formas era militar e não fui para o Ultramar como voluntário, pelo contrário fui sob prisão, pois era desertor. Eu era de 1967 e fui ferido em 1974, já depois do 25 de Abril, no dia 1 de Agosto. Com justiça, e sobre o Decreto-Lei, pois eu nunca poderei estar de acordo com ele em virtude de não me abranger, tanto a mim como a milhares de camaradas meus nas mesmas condições. Eu ainda não fui à Junta. Embora já duas vezes me tivessem tentado propor a ela, sempre me neguei e não irei à Junta sem que a minha situação esteja definitivamente definida porque eu não posso trabalhar nestas condições em que estou e não me posso encostar à minha família, pois não tenho família, senão sempre poderia ir para ali à esmola. Além do mais tinha mulher, embora não fosse casado, e tinha uma filha dela. Depois de vir do Ultramar e de se saber que o meu caso não estava em serviço pois até por ela fui abandonado.

Eu não sei se ela me abandonou por eu ser deficiente ou se por nunca vir a ter uma pensão, por não ter sido ferido em combate. A nossa filha está com ela, porque eu não tinha condições para a criar, embora ela me pertencesse a mim.

João do Carmo Valente.

Eu fui ferido em Moçambique, vínhamos de Mueda, de viatura, quando chegámos ao aquartelamento eu estava na camarata, chega um colega e tira o cinturão e atira-o para o chão, trazia um «dilatagrama» quase descavilhado que reventou, ele morreu, eu fiquei cego dos dois olhos e sem uma mão. Não sei se serei ou não abrangido por este decreto que saíu. Se não for abrangido não sairei daqui do Anexo, nem a pontapé poderão pôr-me daqui para fora.

Acho que é profundamente injusto, pois até aqueles que se aleijam cá deviam ser abrangidos tal como os outros.

Dec.-Lei dos Deficientes das F. A. foi publicado

(Continuação da 1.ª pág.)

mais justa possível. Esta comissão não existe, embora a Associação esteja decidida a propor a sua constituição ao Ministério da Defesa.

Ainda dentro do âmbito das diligências a efectuar para o estudo da aplicação do decreto, representantes da Associação solicitaram uma entrevista ao Director dos Serviços de Saúde, brigadeiro Fausto Moraes. Atendendo às dúvidas que se levantavam, o brigadeiro Fausto Moraes decidiu, nessa reunião, promover reuniões entre representantes da ADFA e representantes do Hospital Militar Principal, a fim de se encontrar a melhor forma de aplicação no que respeita o sector de Juntas de Saúde. É oportuno referir que essas reuniões também ainda não tiveram lugar.

Concluindo, e não podendo assim ser apresentados agora quaisquer pormenores acerca da interpretação do decreto, no próximo número do «ELO», que, pensamos transcre-

verá pelo menos uma das três portarias, apresentaremos todos os pormenores que se afigurem úteis aos deficientes beneficiados pelo decreto, a fim de melhor compreenderem os seus direitos e de mais rapidamente poderem começar a gozá-los.

Será oportuno referir, ainda, que, no que respeita à aplicação do decreto, chegou a correr um boato de que o Ministério da Defesa Nacional iria publicar uma portaria, na qual definiria quais os deficientes das F. A. abrangidos pelo Dec.-Lei e que essa mesma portaria definiria o conceito de deficientes das F. A. duma forma mais ampla (abrangendo todos os acidentados em serviço).

Seria óptimo que se tratasse de uma notícia verdadeira. Infelizmente não passou de uma falsa notícia e o número de deficientes das F. A. abrangido continuará a ser o mesmo, o mesmo de uma forma inalterável.

VIDA ASSOCIATIVA

■ ADFA (SEDE) AOS FINS-DE-SEMANA

Com o objectivo de proporcionar aos sócios da Associação e seus familiares e amigos uma casa de portas abertas mesmo no centro de Lisboa, aos fins-de-semana, de há uns tempos para cá que, sábados e domingos, se encontram de serviço no Palácio da Independência, por escala, trabalhadores da Associação. Através deste esquema asseguravam-se os serviços sábados de manhã e sábados da parte da tarde, e domingos o bar e sala de jogos funcionavam.

Verificou-se que estas medidas foram efectivamente adequadas e oportunas, no que respeita aos sábados, tendo-se, contudo, revelado inúteis no que respeita aos domingos. Assim, de futuro, e a título experimental, a Sede da Associação estará encerrada aos domingos, sendo o pessoal de serviço reforçado aos sábados, assim como serão desenvolvidas actividades de carácter cultural e recreativo nesses mesmos dias.

Todas estas tentativas e experiências têm a animá-las a intenção de os sócios da Associação encontrarem nesta, um ambiente e uma funcionalidade de acordo com as suas necessidades e anseios.

■ A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE JANEIRO DELIBEROU — A DIRECÇÃO E OS SERVIÇOS EXECUTARAM...

A deliberação fundamental da última Assembleia Geral consistiu, essencialmente, na aprovação de uma proposta de reestruturação profunda da Associação. Além desta deliberação, tendo em conta que a razão da realização da Assembleia Geral foi a posição assumida pela delegação do Porto e, de modo muito especial, a presença (e suas actuações) do considerado por toda a gente «Dr.» Veríssimo, a Assembleia decidiu suspender o já então comprovado pseudo-doutor Veríssimo das suas actividades ao serviço da ADFA até à conclusão das averiguações a que se estava a proceder.

Quanto a esta decisão da Assembleia, e na sequência da mesma, a Comissão Directiva da Delegação do Porto diligenciou, de imediato, no sentido de dar cumprimento à mesma, tendo mesmo, depois de se haver certificado de situações concretas, decidido propor ao Veríssimo a sua retirada efectiva da Associação. Efectivamente, a Comissão Directiva do Porto constatou junto de médicos que tinham oferecido os seus serviços à Associação que o Veríssimo se havia identificado junto deles como médico e disso eles ficaram inteiramente convencidos. Entretanto, o camarada Veríssimo decidiu apresentar ele próprio a sua demissão, ao mesmo tempo que enviava cartas aos médicos colaboradores da Associação, apresentando a sua culpabilidade e solicitando que, por causa desse incidente, não deixassem de apoiar a ADFA. Assim se encontra já aquele a quem nos tínhamos já habituado a respeitar como um dos melhores médicos de reabilitação em Portugal, efectivamente afastado da ADFA, sentindo-se regres-

sar, com o seu afastamento, uma calma e serenidade que tão agitados foram por ele.

No que respeita à proposta de reestruturação aprovada pela Assembleia Geral e que consta de duas partes fundamentais, administração e realização do Congresso, a mesma encontra-se, presentemente a ser cumprida, no que respeita a execução do deliberado. Assim, tentando dar cumprimento ao determinado de que se deveria proceder a uma reclassificação dos trabalhadores, a mesma foi feita, tendo-se efectuado transferências de trabalhadores, sempre de acordo com as suas aptidões e capacidades, enquanto outros foram propostos para colocações no exterior, em postos de trabalho adequados às suas capacidades e qualificações. O pessoal trabalhador da Associação será agora, durante uns tempos, submetido a cursos intensivos de aperfeiçoamento profissional, abrangendo as várias actividades desenvolvidas, desde a dactilografia à coordenação dos serviços.

Entretanto, depois de se ter conhecimento concreto do quantitativo exacto do orçamento da Associação para 1976, levando em consideração o enorme corte que o mesmo sofreu, ou seja de 50 %, em reunião realizada em 31 de Janeiro entre as delegações e a sede, o orçamento foi reformulado, de molde a satisfazer, dentro do possível, os planos já elaborados. Nesta reformulação foi dada prioridade aos planos já elaborados das delegações, como aliás constava da própria proposta aprovada na Assembleia Geral. Também a análise da situação financeira da Associação está a ser realizada, não estando, contudo, ainda concluída.

No que respeita ao Congresso, tal como foi determinado pela Assembleia Geral, terá lugar em Coimbra, nas instalações da INATEL, com início no dia 28 de Fevereiro. Os grupos de delegados ao Congresso, e que constituem ao mesmo tempo os grupos de trabalho e de preparação das teses a apresentar, estão formados em todas as delegações e têm desenvolvido os seus trabalhos, no sentido de apresentarem as suas comunicações no Congresso de uma forma consciente.

Das actividades dos grupos de trabalho delegados ao Congresso das Delegações, não conhecemos pormenores, não podendo, por conseguinte, às mesmas aqui fazer referência, contudo, quanto ao grupo de trabalho da Sede, são apresentados pormenores nas notícias referentes às reuniões de trabalho de terça-feira e que são apresentados noutro local deste número. Efectivamente, o grupo de trabalho eleito na Sede tem apresentado os resultados dos seus trabalhos nas reuniões de trabalho de terças-feiras, tentando aí captar e registar as opiniões dos sócios acerca dos trabalhos desenvolvidos e da sua orientação, sempre com a finalidade, de no trabalho que está a realizar, assim como no próprio Congresso, poder ser, o mais fiel possível, intérprete dos sócios da zona de Lisboa. A reforçar esta intenção, inclusivamente, os membros do secretariado organizador do Congresso, por parte de Lisboa, e que são também membros do grupo de trabalho, enviaram aos sócios da zona de Lisboa a seguinte circular:

«Camarada:

Na última Assembleia Geral extraordinária foi aprovada uma proposta de um Congresso a promover pela nossa Associação, com a finalidade de encontrar uma resposta concreta para orientação da nossa vida associativa.

Como deves saber, são os Estatutos um género de coluna vertebral de qualquer organização. Por isso eles terão de vir a ser a viva imagem dos anseios de todos nós, muito mais principalmente dos mais necessitados.

Assim, camarada, é teu dever de sócio participar nesta actividade para que possas sentir nesta Associação um pouco de ti próprio.

Participa em todas as reuniões de trabalho que na nossa Sede se realizam todas as terças-feiras pelas 21 horas.

Não falties, aparece, participa nos debates e teremos a nossa ADFA forte, coesa, organizada e pronta a vencer qualquer tentativa contrária aos ideais que sempre nos nortearam na construção duma sociedade justa e sem marginalizados.»

■ REUNIÃO DE TRABALHO DE TERÇA-FEIRA DIA 27-1-76

A reunião começou pelas 21,30 e a mesa era constituída pelos membros da Direcção: Guerra, Sertório e Marcelino.

Era a seguinte, a ordem de trabalhos: 30 minutos antes da ordem do dia, Eleição do secretariado para o Congresso e informações sobre o Dec.-Lei agora publicado..

Em primeiro lugar foram referidas, por um associado, as ausências dos sócios nas reuniões de terça-feira, especialmente os trabalhadores da Sede, agora que começa uma nova etapa de luta dura para a ADFA.

Referiu ainda que talvez não se tenha feito tudo o necessário para chamar os deficientes a participar na vida associativa e ajudá-los a compreender que é a ADFA quem pode velar e lutar pelos seus interesses.

Outro associado referiu que muitas vezes os sócios evitam vir à Associação porque os serviços não estão devidamente organizados e, quando chegam aqui para tratar de qualquer assunto, ficam à deriva sem ninguém que lhes indique aonde se devem dirigir, porque, a Recepção em fase de reestruturação ainda não cumpre as suas tarefas.

Criticou também o «ELO» que não tem seguido o melhor caminho para se ligar aos deficientes, especialmente os primeiros números que talvez tenham feito com que muitos deficientes se tenham afastado da Associação.

Referiu-se também que houve muitos associados que só pelo facto de terem sido abrangidos pelo Dec.-Lei já não vinham à Associação, o que é mau, pois assim enfraquece a nossa unidade.

Outro associado rebateu estas palavras dizendo que a maioria dos presentes às reuniões e os que mais se têm sacrificado pelo bem comum são precisamente os abrangidos pelo Dec.-Lei.

Foi referido que o Dec.-Lei devia ser discutido a nível regional e que

só poderíamos entrar numa nova fase de luta se fôssemos mais coesos e se entrássemos em novas formas de actuação que levassem à unidade entre todos os deficientes pois sem um reforço de unidade na da é possível.

Disse ainda que a Dinamização deveria enveredar por outro caminho para poder cumprir aquilo para que foi criada.

Foi ainda dito por que havia associados que pelo facto de terem sido abrangidos contestam o facto da Direcção ter enviado um comunicado para os órgãos de informação nos termos em que o enviaram, embora, referisse, que estava de acordo com os camaradas que diziam que eram os abrangidos pelo Dec.-Lei os que mais se sacrificavam. Disse também que compete à Direcção, Comissão de Trabalhadores e Dinamização motivar os trabalhadores e associados para que compareçam às reuniões de terça-feira. Referiu ainda que as quotas estão em atraso e que é um assunto que não se deve descurar.

Houve uma crítica àqueles que dizem que só se deve criticar quando se apresentarem propostas de resolução, pois isto leva a que haja camaradas que embora vejam onde está o erro, por não conseguirem apresentar uma proposta de resolução calam-se para que não os apontem por fazerem críticas destrutivas. Nós devemos criticar aquilo que estiver mal, as soluções serão procuradas por todos.

Foi referido por um trabalhador que as secções deviam fornecer ao «ELO» regularmente relatórios das suas próprias actividades para que o jornal pudesse ser um reflexo fiel de toda a vida associativa da ADFA.

Em resposta a estas palavras, foi dito que se têm enviado circulares às Delegações, secções da ADFA e trabalhadores pedindo colaboração para o ELO, até pouco eco tem encontrado esses apelos.

Sobre o ponto dois, começou o Guerra por informar que o Congresso tinha sido originado pela proposta aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 17 de Janeiro de 1975, propôs que se fizesse um intervalo de 15 minutos para que se apresentassem listas de três candidatos para a eleição do secretariado.

Houve uma proposta para que se formasse imediatamente o grupo de trabalho que representaria Lisboa no Congresso a realizar no dia 28 de Fevereiro, e que então desse grupo saísse o secretariado, a formação do grupo devia ser imediata pois havia muito trabalho a realizar até ao Congresso.

Houve em seguida uma proposta para que o secretariado fosse formado por 3 elementos de Lisboa e dois do Porto.

Então o Guerra informou que a primeira proposta ficava anulada, ou seja o segundo ponto da ordem de trabalhos passava a ser: eleição do grupo que representaria Lisboa no Congresso.

Fim do intervalo, deram entrada na mesa nove propostas. Como havia elementos propostos em várias listas, formou-se uma lista única, dos propostos das várias listas, que ficou com vinte e um nomes que foram votados de braço no ar.

Com os dez nomes mais votados formou-se um grupo de trabalho que era constituído pelos seguintes ele-

mentos: Lavouras, Maurício, Luís (Chinês), Lopes, Varela, Antunes, Marcelino, Sá Flores, Luciano Dias e Eusébio.

Os restantes onze elementos ficaram como suplentes pela ordem decrescente de votos que tiveram.

O secretariado ficou composto pelos seguintes elementos: Antunes, Marcelino e Raimundo.

A seguir foi proposto que todos os elementos efectivos e suplentes reunissem no próximo dia 29, o que foi aprovado.

No terceiro ponto da ordem de trabalhos foi feito por um elemento da Direcção um resumo dos acontecimentos desde a saída do Dec.-Lei, e informou que tinha sido formada uma comissão de análise composta pelos seguintes elementos: Lavouras, Maurício, Martins, Brito e Guerra.

Por se ter discordado da linha de actuação da Direcção em relação à saída do Dec.-Lei, porque a Direcção não tomou uma atitude em relação à comissão formada na reunião de trabalho do dia 20-1-76, e porque os trabalhos da reunião ficaram parados e gerou-se confusão na sala, para se sair do impasse foi apresentada a seguinte proposta: Que a Direcção reúna e faça uma autocritica e que estabeleça uma linha de orientação e actuação relativamente ao Dec.-Lei 43/76.

■ REUNIAO DE TRABALHO DE TERÇA-FEIRA, 3-2-76

A mesa era composta por Brito e Antunes e a reunião tinha a seguinte ordem de trabalhos: 30 minutos antes da ordem do dia, esclarecimento aos associados sobre os trabalhos para o Congresso e ainda esclarecimentos sobre as portarias reguladoras do Dec.-Lei 43/76.

A iniciar a sessão, houve uma pergunta de um associado à mesa sobre se todos os associados presentes eram ou não abrangidos pelo Dec.-Lei, caso fossem, disse que se retiraria pois considerava a sua presença desnecessária. Foi severamente criticado por querer fazer distinção entre deficientes abrangidos e não abrangidos pelo Dec.-Lei, pelo que acabou por se retirar da sala.

Foi pedido um esclarecimento sobre o pedido de demissão do Sertório como elemento da Direcção, foi esclarecido que o Sertório pediu a demissão de director, pedido que ainda não foi deferido pelo Presidente da Mesa da A. G.

Sobre o caso da Tipografia e Editorial Minerva, foi referido que embora a ADFA já tivesse dispendido cerca de 1800 contos, mesmo que a doação não se viesse a efectivar a Associação como credora privilegiada nunca viria a ser prejudicada.

Foi ainda perguntado como poderiam pagar as quotas aqueles associados que por qualquer razão não se pudessem deslocar à ADFA, ao que foi respondido que o poderiam fazer sempre que quisessem através de VALE DO CORREIO.

Foi atacada a pouca operacionalidade da Direcção na organização da Associação responsabilizando-a inclusive pela desorganização que tem reinado nos serviços da Associação.

Foi pedido um esclarecimento sobre o subsídio que foi atribuído aos militares deficientes colocados em diligência na ADFA, foi esclarecido que o montante desse subsídio era de 1000\$00 mensais, embora houvesse uma proposta para ser aumentado.

Houve uma informação de um camarada de que conhecia um médico que gostaria de trabalhar para a ADFA, foi-lhe respondido que a

Associação lhe ficaria grata por isso e que já tinha havido contactos para que médicos do H. M. viessem fazer serviço na ADFA, especialmente para dar assistência àqueles associados que não eram contemplados pelo Dec.-Lei 43/76.

No segundo ponto da ordem de trabalhos foi lida no início a segunda acta do grupo de trabalho eleito para o Congresso, onde se encontravam resumidos os pontos principais do trabalho realizado durante esta primeira semana de preparação para o Congresso.

Foi ainda feita uma proposta verbal no sentido de se fazer larga propaganda do Congresso entre os associados e que estes tragam ideias sobre os trabalhos para as reuniões de terça-feira.

Foi também apresentada e aprovada uma proposta para que na próxima reunião de terça-feira, a reunião fosse dirigida depois dos 30 minutos de antes da ordem do dia, pelo secretariado do Congresso.

Sobre as portarias reguladoras do Dec.-Lei, foi dito que ainda não tinham sido publicadas, embora já se conhecesse aproximadamente o seu teor.

■ BIBLIOTECA DA ADFA

Pretende o Departamento de Educação e Cultura, através da secção de Biblioteca, fazer um trabalho, tendo como fim incentivar e educar os associados, demonstrando-lhes a necessidade da evolução cultural. Na nossa Associação, como em todo o país, é bem visível o alheamento das massas populares pela leitura. Este alheamento das massas populares não significa que o povo não goste de ler. A verdade é que o povo quando pode, lê, comenta e discute o que lê. Na realidade, o que existe no nosso país é um total desprezo, por parte das entidades competentes!...

Era assim no tempo de Salazar, assim continuou com Caetano e assim tem sido após o 25 de Abril. Nenhum governo formado por fiéis servidores da burguesia, poderá elevar o nível cultural do povo. Antes pelo contrário. Qualquer governo que não seja formado pelo e para o povo tudo fará para que a cultura chegue aos mais explorados. Porquê? É uma pergunta de fácil resposta. A cultura desenvolve a capacidade intelectual de cada indivíduo que por sua vez, passará a rebater e a defender as suas ideias, passará a saber distinguir os amigos dos inimigos e saber quem são os falsos amigos. Os deficientes das forças armadas são uma das camadas mais exploradas do nosso país. Foram estes directamente utilizados pelos senhores do capital na defesa das riquezas que por direito aos povos das ex-colónias pertenciam. Hoje, essas ex-colónias são países independentes, que começam a viver livremente, depois de centenas de anos sob domínio imperialista. Em Portugal existe a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, constituída por todos aqueles que, ao serviço das tropas portuguesas, ficaram deficientes, física e psicologicamente. A maior parte dos deficientes associados da A.D.F.A. são indivíduos provenientes das camadas mais exploradas do nosso povo. A maior parte deles lutam por uma reintegração na sociedade, da qual foram retirados quando da sua ida para o serviço militar obrigatório. Devido à situação política actual, sofre o nosso país, de entre outras, a crise do desemprego. Os deficientes das forças armadas, devido às suas carências físico-psicológicas, sentem esta crise de maneira mais acentuada.

Actualmente a hora é de luta para todos os explorados; a hora é de luta pela conquista dos direitos do homem, sem qualquer discriminação.

Os Deficientes das Forças Armadas têm uma palavra a dizer através da sua Associação. A A.D.F.A. não é uma agremiação fantoche. É uma Associação democrática, formada por homens explorados e querem um país onde as pessoas sejam consideradas, não pelo dinheiro, ou posição social, mas pelo seu trabalho honesto. Sabendo a Associação do papel importante da leitura em relação à cultura pensou organizar uma biblioteca que pudesse dar a todos os associados a possibilidade de fortalecerem os seus conhecimentos teóricos, arrancando assim, e decididamente, ao encontro de uma das ambições da Associação (enriquecimento da cultura geral dos seus associados). Não tem sido acompanhado o Departamento de Educação e Cultura desta Associação pelas direcções da mesma. Na realidade, tem sido ignorado e até desprezado o trabalho deste departamento. Para a formação de uma biblioteca não bastam boas vontades. Torna-se necessário algo mais. Uma biblioteca não é uma sala onde se encontram livros arrumados. Não é um local onde se guardam livros como palha num palheiro. Uma biblioteca não é uma maneira de decorar uma casa. Uma biblioteca é essencialmente um local de trabalho, um local de são convívio. É isso que os trabalhadores do Departamento de Educação e Cultura pretendem, é isso, que os associados devem ter presente. Para tal, torna-se necessária a colaboração de todos nós. É necessário todos os associados tomarem consciência de que uma biblioteca não é uma simples sala com livros onde se possa passar um pouco de tempo, mas uma escola, onde passando tempo, se aprende. Já foi entregue à Direcção um relatório focando as necessidades mais urgentes para que a biblioteca comece a funcionar de maneira a possibilitar aos associados a requisição de livros e gradualmente intensificarem qualidade e quantidade o trabalho da biblioteca. Está em estudo um projecto, cujo objectivo principal é efectuar um colóquio com a colaboração de alguns professores da Associação focando problemas relacionados com a biblioteca. A biblioteca poderia ser uma realidade. Não é. Porquê?

MAIA, Sócio 244

■ CURSO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO

Através do IATA-Instituto de Aperfeiçoamento Técnico Acelerado — e na confirmação de anteriores colaborações, foi oferecido à ADFA a possibilidade de quatro deficientes das F.A. frequentarem um curso de Relações Públicas a título gratuito.

Dada a necessidade que a ADFA tem de ter ao seu serviço trabalhadores qualificados que em qualquer momento possam responder com eficácia às solicitações a que esta Associação se vê obrigada a responder, foi decidido recrutar entre os trabalhadores da Associação os elementos a frequentarem o mencionado curso. Ao critério que presidiu à escolha dos trabalhadores em questão juntou-se a necessidade de que, nos sectores ligados directamente com o exterior, estejam indivíduos qualificados com vista a dar uma melhor resolução aos problemas individuais dos associados e dos trabalhadores da Associação em geral.

■ REUNIAO DE TRABALHO DE TERÇA-FEIRA 10/2/72

A reunião foi dirigida pelos membros do secretariado Antunes e Marcelino, esteve ausente o Raimundo.

Foi aprovada uma proposta no sentido de que as partes dos estatutos já discutidas pelos grupos de trabalho, fossem passadas em sentença para que possam ser consultadas e analisadas pelos sócios. Tem isto como objectivo que os sócios nas próximas reuniões de trabalho possam fazer críticas fundamentadas ao trabalho da comissão e ao mesmo tempo poderem adiantar até sugestões para melhorar o próprio projecto de estatutos a apresentar ao congresso no dia 28 de Fevereiro, em Coimbra.

■ ESPECTACULO DE VARIEDADES NO PORTO A FAVOR DA ADFA

Realizou-se no passado dia 7 de Fevereiro, no Palácio de Cristal, no Porto, um espectáculo de variedades, cujos fundos reverteram em benefício da Associação. Tratou-se de uma iniciativa da CORINA, com a qual a Delegação do Porto da Associação colaborou, sobretudo no sector da publicidade ao espectáculo. A sessão esteve muito concorrida, tratando-se, essencialmente da actuação de conjuntos musicais.

■ ASSISTENCIA MEDICA

Encontra-se colocado na sede da Associação, por determinação das autoridades militares competentes, um médico militar que garante a orientação técnica dos serviços de assistência médica da sede. Além deste médico, outros, alguns também militares, estão a colaborar com a ADFA, deslocando-se regularmente e periodicamente ao Palácio da Independência, onde dão as suas consultas.

A assistência médica e medicamentosa que a Associação presta, gratuitamente, aos seus associados, destina-se, prioritariamente, aos deficientes que, oficialmente não são considerados deficientes das F. A. (não gozando assim de quaisquer direitos), às suas famílias, aos familiares dos militares falecidos e a todos os deficientes em geral e suas famílias.

As consultas da especialidade, que não podem ser facultadas nas instalações da Associação, serão garantidas através de vários organismos oficiais e particulares que, neste campo, colaboram com a Associação.

Horário das consultas:

Terças-feiras: 14 h.: clínica geral
Quintas-feiras: 14 h.: clínica geral

As consultas podem ser marcadas no posto clínico da Associação (Sede), a qualquer hora de expediente, durante o dia.

OFICINA DE ELECTRONICA

Montagens de buzinas, sistemas de alarme e auto-rádio em automóveis



Reparações de rádios, televisores e quaisquer outros aparelhos eléctricos

A ADFA contacta com o povo trabalhador

Primeiro através dos microfones da Rádio Renascença, depois através da Emissora Nacional, em programas periódicos, além das várias entrevistas em jornais diários e reportagens na televisão, a ADFA teve oportunidade, durante muito tempo, de levar junto do Povo a sua mensagem, de dar a conhecer as suas formas de luta e a sua determinação em pugnar por uma total integração social de todos os

sões de trabalhadores que são órgãos de vontade popular e representam os trabalhadores em si. Parece-me que neste momento podem travar uma nova experiência que, como acabei de dizer, parece-me ser justa, e se de facto não houver uma tentativa de aproximação e comunicação, nós, trabalhadores todos ao fim e ao cabo, tentaremos comunicar o mais rápido possível, sobretudo aquilo que diz respeito

que não é aquele que vocês fizeram e é adverso aos interesses dos deficientes. Isso, ao fim e ao cabo, acaba por ser objecto de vocês agora sentirem dificuldade e possivelmente vão ter que lutar até à sua satisfação total. Para isso, penso que os passos a dar, e não sei se é esse o vosso objectivo a atingir neste momento, é atingir de facto a solidariedade da classe operária e do povo trabalhador, de modo a poder demonstrar aquilo que deve existir de facto entre o povo, a solidariedade para a luta que se avizinha. De resto, quanto à luta que vocês travaram, eu acompanhei-a. Dentro das notícias que eram publicadas, notava-se a nível dos órgãos de informação uma tentativa de deformação da luta.

Vocês ao enveredarem por novas formas de luta vão sofrer novamente o boicote por parte da imprensa, isso é natural. Estou plenamente de acordo com os vossos contactos com trabalhadores nas diversas empresas, é a única maneira de vocês darem a conhecer efectivamente a vossa luta, as vossas pretensões. Acho que não devem ir só a uma ou duas empresas, acho que isso deve ser feito em profundidade, não sei até que ponto é que apenas com o vosso jornal o conseguiriam fazer, portanto a visita às empresas é importante para dar a conhecer essa luta.

próprios interesses partidários, sempre têm defendido. Há realmente uma questão que sempre tem vindo subjacente a todas as lutas quando elas são justas e até mesmo quando não o são, mas normalmente sempre se tem definido essa posição, como uma maneira de coartar as lutas, procurar dividir para reinar. Pois é dentro desse princípio que, dentro das lutas da TAP, sempre têm aparecido oportunistas de vária índole, desde, por exemplo, na altura em que nós fomos aqui atacados, em 12 de Julho de 1973, quando pugnávamos por uma coisa justa e em que fomos brutalmente reprimidos pela polícia de choque, a exemplo, se não muito igual, pelo menos em certa medida parecido, de vocês quando foram reprimidos nesta vossa última luta. O que é facto é que sempre temos encontrado como inimigo principal a imprensa, a imprensa que, de um modo ou de outro, tem sido sempre controlada por interesses burgueses e tem sempre escamoteado a verdade das lutas dos trabalhadores. Por exemplo, a nosso respeito, nós assistimos a que a imprensa conseguia transmitir para toda a gente aí fora da TAP, que a nossa posição era uma posição pessoalista que era uma reivindicação exorbitante, que era um interesse em que nós nos queríamos sobrepôr aos interesses gerais dos próprios trabalhadores deste país. Tudo isso foi sempre falso. Mas com as nossas lutas nós detectamos erros, erros crassos que é isso que eu entendo que todas as pessoas e todos os grupos de trabalhadores e todos os grupos representativos de uma classe devem levar em linha de conta. Erros crassos que acima de tudo, na minha maneira de ver, se relacionam com a deficiente informação sobre as lutas. Todos os trabalhadores normalmente pecam neste aspecto no período que antecede as suas lutas.

Por isso entendo que a vossa posição de irem junto de cada fábrica, junto a cada local de trabalho informando esclarecendo, dando dados concretos e objectivos daquilo que pretendem, donde vêm e para onde vão é, quanto a mim, absolutamente correcto e entendo mesmo que não devem avançar para formas superiores de luta sem que primeiro possam fazer uma cobertura a nível geral do País, tanto quanto possível, de modo a difundirem, proclamarem, dizerem a todos quais são os vossos objectivos e os parâmetros pelos quais se propõem lutar, porque normalmente isto é sempre deturpado, ou pelos partidos, ou pelos interesses governamentais ou ainda pelos dois quando os partidos se encontram ligados aos interesses governamentais. Isto



Os elementos da C.T. dos TAP com quem conversámos

deficientes marginalizados. Hoje, a Associação não dispõe dos mesmos meios e facilidades de comunicação social. O acesso aos microfones da Emissora Nacional foi-lhe vedado e os jornais parecem não se preocupar mais com os problemas que afectam os deficientes.

Foi assim que, na impossibilidade de utilização dos mesmos meios de comunicação social, a Associação começou seriamente a pensar na utilização de outros meios para a continuação do imprescindível contacto com o povo, isto tendo em pensamento sempre a integração social.

Desta vez a comunicação directa apresenta-se como única via e, como tal, a Associação não deixa de aproveitá-la e está decidida a travar um diálogo aberto com os trabalhadores, tentando saber deles como sentem o problema da integração social dos deficientes, problema, aliás, nacional e que, por conseguinte, aos próprios trabalhadores, obreiros dum país que se pretende novo e diferente, diz directamente respeito.

Os deficientes das F.A. continuam convencidos que os processos conducentes à plena integração social passam por uma tomada de consciência da sociedade em relação à situação dos mesmos deficientes, tomada de consciência essa que levaria, de imediato, à aceitação daqueles que marginalizou.

Foi nesta perspectiva que representantes da Associação se deslocaram recentemente (29 de Janeiro) às instalações da TAP (Transportes Aéreos Portugueses), onde contactaram com trabalhadores dessa empresa e com o público em geral, aproveitando para vender o «Elo» e artigos da própria Associação. Em contacto com alguns elementos da Comissão de Trabalhadores, os camaradas Ferreira, Baleizão e Abelha, gravámos para as páginas deste jornal, as seguintes declarações:

Esta iniciativa da Associação parece, no essencial, ser correcta, dado que vai ao encontro das comis-

à nossa vida social, pois poderemos correr o risco de não nos aproximarmos e travar aquilo que se chama unidade de princípios dentro de uma classe. Dentro desse espírito, pois, parece-me que vocês não deverão ficar por aqui, deverão levar em frente esta iniciativa e colher mais experiências dentro de outras comissões de trabalhadores. Penso, inclusivamente, não sei se vocês pensam fazer isto apenas a nível de comissões de trabalhadores, mas também dentro dos próprios quadros das empresas. Por exemplo, uma empresa, além dos operários, tem os trabalhadores dos serviços administrativos e outros técnicos. Neste caso concreto da TAP, tem, por assim dizer, embora sejam todos camaradas de classe, vários estratos, pois é evidente que isso pode ser para vocês uma experiência, uma conclusão a tirar, do ponto de vista de cada um desses estratos, que eles vos poderão transmitir. No essencial continuo a dizer que me parecem ser correctos esses ensinamentos que vocês pretendem adquirir pois é evidente que da experiência que vocês próprios tentaram, e levaram em frente, com a luta que travaram, foi capaz, do meu ponto de vista pessoal, de se ter tomado como aquilo que acontece ao fim e ao cabo com todas as lutas da classe operária em Portugal, que foi estar isolada e não vir a ter o verdadeiro apoio e solidariedade do Povo e das restantes massas. No vosso caso concreto até me quer parecer que vocês sentiram uma grande parte do povo a apoiar-vos no essencial, quer-me parecer isso, tanto quanto tive oportunidade de constatar.

A burguesia tenta sempre atingir um objectivo, dividir. Qualquer que seja a luta qualquer que seja o objectivo de uma empresa, tenta sempre dividir e pôr sempre uns contra os outros. Portanto esse acaba sempre por ser o esquema primitivo que a burguesia tenta sempre, desarmar-nos e pôr-nos uns contra os outros e a prová-lo está aquilo que vocês focaram à pouco, a publicação de um Dec.-Lei,

A LUTA DOS TRABALHADORES DA TAP TAMBÉM FOI DETURPADA

Eu tenho a impressão de que podemos, e que talvez isso tenha interesse para vós, fazer uma resenha do que tem sido a luta dos trabalhadores da TAP, embora que muito sumária, e procurar enquadrar a nossa experiência de luta dentro dos vossos próprios objectivos.

Ora, por exemplo, e isto fazendo uma simbiose dos dois pontos que vocês aqui põem logo de início, nós podemos ver por exemplo a luta da TAP, que se tem arrastado já há alguns anos, já antes do 25 de Abril, e agora é muito corrente esta frase do já antes de 25 de Abril, pois os trabalhadores da TAP antes desse dia já tinham tido formas de luta aqui dentro da TAP, que duma forma ou doutra sempre foram deturpadas junto da opinião pública tal qual como o vossa luta provavelmente também terá sido pelos mesmos interesses de classe, que, ou os órgãos de informação ou os



Durante a conversa que mantivemos com os elementos da C.T. dos TAP

é sempre aproveitado, ou pelos partidos que se querem servir de alguém para atacar terceiros, ou aproveitado por aqueles que se querem defender atacando outros que ajudam. O que é facto é que as lutas dos trabalhadores e todas as outras lutas de pessoas representativas de classe são sempre coarctadas à nascença, precisamente por essa actividade.

A INFORMAÇÃO CORRECTA DEVE PRECEDER TODAS AS LUTAS

Uma advertência que eu vos deixava, que não é mais que a minha forma de pensar, que poderá ser resultante da experiência que temos tido aqui na TAP, a forma de pensar que eu deixava aqui alertada para vocês era esta: que procurassem difundir tanto quanto possível junto dos locais de trabalho junto de todos os trabalhadores, se possível, a informação, a clarificação, a exposição dos vossos objectivos, daquilo que pretendem, de quais os vossos anseios, de quais os vossos objectivos, é com base nisto que vocês depois poderiam pensar em activar formas superiores de luta, mas sempre, e em primeiro lugar, dar a conhecer a todo o país qual é a vossa posição, que eu sei que é melindrosa, que a vossa luta é justa é humana e é digna de ser compreendida por todo o povo português, mas sem que esse povo esteja esclarecido, que é neste momento o vosso problema, não deveis avançar para outras formas de luta, que possam levar a situações de descalabro que não vos vêm, nem dignificar, nem conseguir resolver os vossos problemas.

Eu estou completamente de acordo com o que diz este camarada, e acrescentava que vocês não aceitem isto como um paternalismo, mas sim como uma experiência daquilo que nós já sentimos aqui. E quando ele aponta a informação, é pensando na nossa experiência, quando nós pensávamos ir para formas de luta mais avançadas e nos faltava o apoio, porque o povo e diversas camadas de trabalhadores não percebiam o que se estava a passar. Interrogavam-se, viam a imprensa que não era unânime, uns diziam uma coisa outros diziam outra, ficavam baralhados as pessoas que no seu essencial poderiam ter contactos a nível de algumas camadas de trabalhadores da TAP como era o caso dos metalúrgicos, no entanto a questão punha-se nestes termos, e é a partir daqui que nós devemos aprender, saber como é que de facto vamos traçar objectivos que podem de facto levar à união de pontos de vista que são comuns a todos os trabalhadores, para podermos depois avançar a uma cadência mais certa e regular. Concretamente, entre essas lutas, os acordos de trabalho, e dentro desta companhia, são de um carácter individual não são acordos que digam respeito a outras empresas.

Por exemplo, havia muitos pontos que aos trabalhadores TAP não eram antagónicos, eram comuns, como por exemplo a questão do horário de trabalho. Foi a partir daí que o Governo vê, no acordo colectivo, em que os trabalhadores se preparavam para se unir e pelo qual já os tinha dividido, devido ao sistema da sua própria função capitalista. Agora já estava a desarmar-se e então só havia uma forma, que foi aquela que utilizaram, tinham que reprimir de uma forma qualquer e os trabalhadores da TAP foram o alvo para onde eles apontaram em primeiro lugar.

Agora a bala está a sair-lhes pela culatra pois na maior parte do

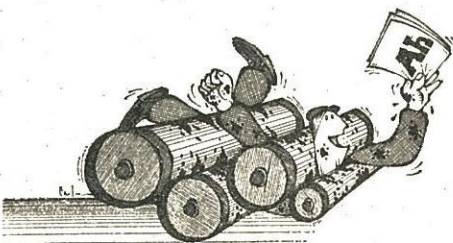
país estão a ter lugar lutas que vêm reafirmar a posição dos trabalhadores da TAP.

A maneira que temos de clarificar as posições no seio da classe, é promover a discussão profunda e a luta ideológica e impedir que esse sistema de escalonamento que esteve montado muitos anos continue a existir. Se notarmos o que está mal temos que o pôr em causa e dar-lhe o devido tratamento para que deixe de existir e pôr em causa todo o sistema a partir daí.

UNIR OS ELEMENTOS DISPERSOS E FORMAR UMA FRENTE MAIS AMPLA

Pelo que vejo, e por aquilo que aqui ficou por vós dito, é com a carolice de muitos elementos, que por acaso até são os beneficiados pelo Dec.-Lei do Governo, que a ADFA se mantém de pé. Vocês tem que chamar para vós aquelas pessoas que foram prejudicadas e demonstrar-lhes aquilo que aqui demonstraram a esta mesa, que é a vontade que têm de lutar, não por uma causa que é só vossa e que até já foi privilegiada, mas por uma causa que é comum aos interesses daqueles que agora ficaram lesados. E chamando a vocês esses elementos, é informando, esclarecendo, motivando esses elementos, que vocês podem pensar como num embrião para uma fase mais avançada da vossa luta. Essas ilações essas críticas que eles vos irão concertar fazer, vocês têm que as aceitar corrigir os erros que concertar cometeram. As pessoas que estão ligadas a comissões de trabalhadores, a órgãos de vontade popular, seja de que tipo for, são normalmente sempre criticadas, são normalmente sempre apontadas, pelos defeitos de que enfermam as suas organizações. Normalmente nunca são apoiadas naquilo que até fazem de correcto. Portanto, é partindo dessa permissão que vocês vão levar grandes machadadas, digamos assim, é partindo da ideia fixa que vão ser criticadas acerrimamente, mas é aceitando essa crítica e corrigindo os erros, que vocês vão certamente mobilizar e galvanizar as outras pessoas, chamá-las para junto de vocês, formar um corpo de luta muito mais alargado, uma frente muito mais dilatada, para que possa combater todos estes problemas, e depois então enveredar pela segunda fase que a princípio tinha sido apontada como uma fase correcta mas que depois, pelas informações complementares que aqui nos foram dadas, parece-me que isso será a segunda fase e a primeira terá que ser uma motivação interna para conseguir chamar ao vosso seio as pessoas que agora andam dispersas, andam amorfas e não sentem verdadeiramente o problema.

Consulte as Oficinas Escola Colabore na reabilitação dos Deficientes



Executam-se todos os trabalhos de tipografia e encadernação

Reformados da Previdência

Realizou-se no passado dia 15 de Janeiro, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, um plenário dos reformados da Previdência, organizado pela Associação Sindical dos Reformados da Previdência. Esta organização enviou à ADFA, em Dezembro passado, um ofício, dando conhecimento da realização desse plenário e convidando a Associação para se fazer representar através de um delegado seu para fazer parte da mesa. A ADFA respondeu ao ofício, aceitando fazer-se representar nesse plenário e a Direcção nomeou dois delegados para o efeito.

O referido plenário teve lugar no dia 15 de Janeiro, efectivamente, mas durante a tarde. Estando os delegados da Associação convencidos que o mesmo se realizaria à noite, compareceram no Pavilhão dos Desportos às 21 horas, não lhes tendo assim sido possível participar e aí marcar a presença da ADFA.

Também a Redacção do ELO pretendia fazer uma reportagem sobre o plenário dos reformados, o que não se verificou pelas mesmas razões já atrás apontadas.

Dado que não foi possível à Associação poder fazer-se ouvir junto dos reformados, aí, ao vivo, fazer-lhes sentir o calor e apoio de outra organização que luta por objectivos idênticos e depara com os mesmos obstáculos, transcrevemos a seguir a comunicação que os delegados da Associação tinham preparado para ler e que, das páginas deste jornal, a eles se dirige do mesmo modo e com a mesma firmeza, como se tivesse sido lido na mesa do plenário:

A nossa presença, como representantes da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, reveste-se de dois aspectos fundamentais:

— O primeiro é simbolizado pelo significado do convite que à nossa Associação foi dirigido pela vossa Organização.

Certamente que o vosso convite não nos foi dirigido por simples cordialidade ou por se tratar de uma Associação ligada às F. A. (aproveito para informar que essa ligação se resume às causas que motivaram os nossos sofrimentos, principalmente durante o período da guerra colonial; porque quanto às estruturas e orgânica estas são integralmente democráticas e colocadas sem ambiguidades ao serviço de todos os explorados e oprimidos).

— Acreditamos que o motivo principal do vosso convite reside no facto de ser do conhecimento de todos vós a dura luta que temos travado ao longo de 19 meses e consequentemente da vasta experiência de vida democrática que adquirimos.

Quanto ao segundo aspecto, o qual justifica a aceitação do vosso convite, é, para nós, muito importante porque, para além de nos colocarmos à disposição de todos os explorados e oprimidos que lutam pela sua emancipação, muito teremos que aprender convosco e estamos conscientes que só do esforço colectivo se forjará a vitória!

A vossa luta ensaia agora os primeiros passos — estes terão que ser firmes e decididos. Tal como nós, vós haveis de conhecer horas boas e más, quem vos apie e quem vos queira destruir. Mas o desânimo... terá que ser uma palavra a banir, desde já, dos espíritos de todos vós.

Mesmo no seio do vosso campo social (refiro-me aos próprios reformados da Previdência) ireis encontrar contradições e divergências.

Era essa a intenção que presidia aos fazedores das leis de Previdência de Marcelo Caetano e Salazar... fazer leis discriminatórias para dividir os trabalhadores.

Haverá muitas infiltrações que vos tentarão dividir e levar atrás da carroça A ou B. É pois necessário estar vigilante contra toda a espécie de manobra oportunista.

É preciso muita unidade e homogeneidade em torno dum ideal comum. Esse ideal sereis vós que, dia após dia, com muito diálogo e dedicação, haveis de definir claro e objectivo.

Tal como a nossa, a vossa luta, por ser justa, insere-se num plano mais vasto da luta de todos os explorados e oprimidos que são ao fim e ao cabo todos os trabalhadores sujeitos, como vós (quando idosos ou doentes), a reformas de miséria.

O que resta a um homem depois de uma vida de trabalho quando é atacado pela doença ou quando atinge a idade que os Srs. do Mundo entendem ser a idade limite das capacidades de trabalho?...

— Ou anda pelas esquinas, estendendo a mão à mais valia que produziu e foi para os bolsos dos outros.

— Ou espetam com um homem no asilo onde esperará abnegadamente a morte;

— Ou, na maioria dos casos, anda a saltitar da casa de um parente para a casa de outro parente, alimentando traumatismos e criando sentimentos de culpa por se sentir um fardo para aqueles a quem deu o ser e que com tanto sacrifício transformou em homens.

— São estas as pagas que a Sociedade capitalista reserva àqueles que explorou durante anos.

Por tudo isto, camaradas... a nossa luta é comum. Olhai que não é por acaso que nós, na nossa Associação, não temos nenhum general como Associado. Também não será por acaso que os Administradores das empresas não estarão convosco na vossa luta. Esses, como aqueles, situam-se do outro lado da barricada. São os que constituem a guarda avançada do nosso inimigo comum — o capitalismo. Ele, Capitalismo, seja qual for a máscara que colocar no seu rosto vampiro, tentará sempre sugar o nosso sangue e suor e engordar à custa das nossas privações.

Se a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, a nossa emancipação, como explorados e oprimidos, terá que ser obra de todos nós... mesmo com o coração cansado... os pulmões enfraquecidos, amputados de braços ou pernas, rostos enrugados e mãos trémulas, olhos cansados, ou mesmo sem eles, mas com uma inabalável vontade de lutar por nós, pelos nossos filhos e netos, por toda uma Sociedade que queremos diferente daquela que encontrámos e que nos explorou.

Um reformado não é, nunca será um inválido... inválida será a Sociedade onde vivemos, enquanto esta tratar por inválidos aqueles que ela própria destruiu e lançou depois na valeta como despojos.

Creio que, hoje e agora, já a ninguém restam dúvidas de que o Socialismo não cairá, por milagre, pelo cano duma espingarda em forma de cravo! Ele, Socialismo, será uma resultante da luta de classes que travamos e da qual teremos que sair vencedores!

Viva a justa luta de todos os explorados e oprimidos!

Unidos venceremos!

**LEIA,
ASSINE E
DIVULGUE O ELO**

ACTUALIDADES

NACIONAL

Vêm aí as eleições. Os partidos preparam-se afanosamente para recolherem o maior número possível de votos. Os votos são a força da vida dos partidos (nem de todos). As Forças Armadas (as mesmas da madrugada de 25 de Abril de 1974? Ou as mesmas das guerras coloniais de Angola, Moçambique e Guiné?), vão entregar, decididamente, o futuro da «revolução» aos partidos que, em virtude da sua bem orquestrada propaganda, da inteligente maneira de explorar os problemas e fraquezas do povo, receberão maior percentagem de votos. Os partidos continuarão a «revolução» que os militares (alguns), não souberam fazer.

Hoje os partidos, amanhã, talvez, o partido — a revolução continuará. Em 28 de Maio de 1926 também se iniciou uma revolução (assim dizia o «Estado Novo»), uma «revolução» que durou 48 anos, uma «revolução» muito bem conduzida pelos senhores (talvez os mesmos que vão ganhar as eleições) contra o povo, o mesmo povo que lhes irá conceder o aval através do seu voto. E o 28 de Maio de 1926 também foi, tal como o 25 de Abril de 1974, da responsabilidade das Forças Armadas Portuguesas.

O Conselho da Revolução apoia a Reforma Agrária

A reforma agrária, que tem vindo a ser contestada pelas forças de direita e pelos grandes agrários, foi objecto de análise na reunião do C.R. de 9 de Fevereiro. O comunicado divulgado no final da reunião referia: «O Conselho da Revolução reafirma o seu propósito de apoiar com firmeza as medidas que pelo Governo vêm sendo tomadas para assegurar o correcto prosseguimento da Reforma agrária».

Portugal discorda da decisão do Governo de Moçambique

O Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, Samora Machel, afirmou recentemente, que Lourenço Marques, capital da ex-colónia portuguesa, passaria, de futuro, a chamar-se Mobuto. Esta decisão do Governo de Moçambique coincidiu com a decisão de nacionalizar todos os prédios urbanos de rendimentos, devendo cada habitante da família passar a ser proprietário

apenas do prédio que habitar (no caso de já lhe pertencer).

Esta decisão foi muito mal recebida junto do governo português pois foi afectar os interesses de muitos ex-portugueses residentes em Moçambique. Este assunto foi objecto de análise do governo, que decidiu travar conversações com a FRELIMO.

Portugal ainda não reconheceu a República Popular de Angola

A imprensa tem-se referido, nos últimos tempos, à questão do reconhecimento ou não, por Lisboa, do governo do MPLA em Angola. Tem sido referido que o Conselho da Revolução reunirá, entre os seus membros, um consenso favorável ao reconhecimento do governo de Luanda. Contudo, pelas bandas de S. Bento parece não existir o mesmo consenso e Portugal continua, já há alguns meses sem relações com as autoridades de Angola. Tem também sido referido que esta situação estará a afectar a economia e o comércio nacionais.

INTERNACIONAL

A luta armada em Angola, iniciada há 14 anos, parece estar prestes a terminar. O povo angolano, que se levantou em armas contra o colonialismo português, obtendo a sua vitória sobre este com o levantamento militar do MFA em Abril de 1974, viu-se, de seguida, envolvido numa sangrenta luta interna. Os milhares de angolanos que nos combates entre os próprios movimentos de libertação perderam a vida ou ficaram feridos, foram vítimas, não propriamente dos interesses de Angola, mas dos interesses das grandes potências. Os comentadores, inclusivamente nos Estados Unidos, vêm apresentando uma visão que poderá muito bem vir a ser a verdadeira visão histórica.

Efectivamente, os Estados Unidos, logo no início do processo de descolonização em Angola, teriam interferido directamente, tal como o Zaire e a África do Sul. A esta entrada em cena no palco angolano não teriam sido estranhas as autoridades portuguesas de então. Segundo começa agora a ser revelado, o plano de descolonização em Angola, traçado pelo ex-general Spínola, então Presidente da República, passaria por um afastamento total do MPLA de um futuro governo angolano. Era, deste modo, totalmente marginalizado o movimento de libertação com maior implantação popular.

A administração americana, a África do Sul, o Zaire, Spínola, a FNLA e a UNITA, perderam a guerra. O MPLA e o seu governo vai obtendo o reconhecimento de cada vez mais nações. No sentido de recuperar alguma coisa, via diplomática, do que perderam pela via da violência, as forças ocidentais hostis ao MPLA reconhecem já a vitória militar deste e preparam-se para defenderem uma política de boa vizinhança.

Entretanto muita gente morreu em Angola, muitos foram feridos e ficaram deficientes. O preço da libertação dos povos é, de facto, sempre muito elevado.

A O. U. A. reconheceu o Governo do M. P. L. A., em Angola

Quando em meados de Janeiro os países membros da Organização de Unidade Africana se reuniram em Adis Abeba para analisarem a situação de Angola, não se chegou a qualquer conclusão, encontrando-se, nessa altura, esses países divididos (achando uns que só se deveria reconhecer um gover-

no com participação de todos os movimentos de libertação, enquanto outros, em número igual, defendiam o reconhecimento do governo do MPLA). Decorrido um mês, reunidos novamente os representantes dos países membros da OUA, em Kampala, concluíram pelo reconhecimento do governo do MPLA como único representante legítimo do povo angolano.

ESCREVA CONNOSCO

O ELO da Associação dos Deficientes das Forças Armadas não é feito por profissionais. Somo nós, Deficientes, que sentimos os malefícios de uma guerra injusta, que sentimos o peso da marginalização, que estamos decididamente com a revolução socialista, somos nós, apenas com estas referências profissionais, que fazemos o nosso jornal.

Nós necessitamos que escreva connosco.

Escrever connosco é participar na feitura do ELO; escrever connosco é enviar à Redacção do ELO todas as sugestões para o seu melhoramento e para melhor cumprir a sua missão; escrever connosco é enviar artigos e trabalhos que, transcritos no ELO, enriqueçam as suas páginas e valorizem quem as lê.

MENSAGEM PARA JOSÉ

*Meu camarada José
Meu irmão e soldado
Quando se morre de pé
Nunca se é derrotado.
— Os outros mortos morreram
por isso mesmo partiram
com salvas e guardas d'honra:
«culto da burguesia».
...Levou-te de nós uma bala
Mas não te levou a vida
Porque tu José não partiste;
Porque a tua honra é outra
Não é honra de Albuquerque
Qu'empenham apenas as barbas
Para melhor explorarem
Povos escravos, moleques.
— A tua honra José
É a honra de ser Povo
de querer neste País
a imagem do Homem novo
É a honra de lutar
ao lado dos oprimidos
contra a exploração.
É a honra do Pedreiro,
Do cavador, do padeiro,
do Pintor!
É a honra do ceifeiro
do bate-chapas, mineiro
do mecânico, do varredor
É a honra de todo um Povo
chamado trabalhador.
— A honra de ser soldado
como todos os soldados
Qu'eram do teu Regimento!
— Tu não morreste José!
Tu vives hoje nas fábricas
nos campos, nos quartéis,
nos barcos, nas oficinas
e nos escritórios.
Tu, José, Hoje:
Agitas pensamentos;
Incitas vontades;
Desmobilizas soldados*

*Pelo capital convocados
para serem mercenários;
Iluminas os espíritos
Rasgando mais o véu
do obscurantismo
Arma feroz do fascismo.
— Estás vivo José!
estás vivo e presente
estás aqui ao meu lado!
Tu, ontem como hoje,
Hoje como sempre:
Estarás na linha da frente!
— Somos um Povo escravo
Meu companheiro e irmão
São oito séculos de fome
De miséria e opressão
De espancamentos
Tortura e muita alienação.
— Tudo isto tu o sabias
Naquela manhã tão fria
Em que, com letras de sangue,
teu nome Revolucionário
ficou gravado na história
Da nossa libertação!
— Não na história Burguesa
De Gamas, Caetanos, Henriques
Carneiros e outros caciques.
Nessa... será traidor,
golpista reaccionário.
— Mas o Povo José
Começa agora a despertar !
— «...Quando morre um camarada
Na luta pela Revolução
Se houver p'lo menos uma mão
Que peque na sua espingarda
O Homem não morre em vão»!
— Como outrora em Baleizão,
naquela manhã tão fria,
Caiu um corpo no chão...
Mas não caiu a razão
Da força que o movia!*

António Aldeia Nova

OPINIÃO DO LEITOR

Pretendemos saber quais as qualidades e quais os defeitos do «ELO»; pretendemos saber qual a verdadeira missão que deve cumprir e quais os meios a utilizar; pretendemos saber a opinião de quem lê o «ELO»; pretendemos que a opinião de cada leitor contribua para um jornal melhor, mais rico e que se identifique cada vez mais com aquilo que os deficientes e leitores pretendem que ele seja. Se os leitores nos enviarem as respostas às perguntas que a seguir apresentamos, poderemos então saber aquilo que pretendemos e poderemos, sobretudo, fazer um jornal melhor.

1—Acha necessário que a ADFA tenha um jornal próprio?

2— Como pensa que deverá ser um jornal de uma Associação do género da ADFA?

3— Que pensa da linha seguida pelo «ELO» na sua análise dos problemas dos deficientes em particular e dos problemas sociais em geral?

4— Que pensa dos temas abordados no «ELO»? Que temas deveria um jornal do género deste abordar de preferência?

5— Acha a linguagem utilizada pelo «ELO» adequada ao tipo de pessoas que o lêem? Deveria ser apresentado numa linguagem mais simples ou mais trabalhada?

Para além das respostas a estas perguntas, todas as sugestões e opiniões serão oportunas e úteis para a valorização que se pretende do «ELO».